

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nachi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nachi — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

RESOLUÇÃO N.º 14-74

DATA: 27 de maio de 1974.

SÚMULA: Aprova Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos do Convênio celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de maio de 1974.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 15-74

DATA: 07 de junho de 1974

SÚMULA: Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, este, através dos Institutos Nacional do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para as finalidades que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios firmados em 22 e 31 de janeiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a aquisição de livros dentro do Programa do Livro Didático e a colaboração mútua para a proteção dos monumentos históricos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 16-74

DATA: 07 de junho de 1974

SÚMULA: Aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Centrais de Abastecimento S/A. — CEASA/PR, com finalidades que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Central de Abastecimento do Paraná S/A — CEASA/PR, visando fixar a competência para declaração de utilidade pública e delegar poderes para promover desapropriações das áreas necessárias à implantação das instalações da CEASA/PR, em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 20-74

DATA: 21 de junho de 1974

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Educação e Cultura e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos em Ciências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 26 de junho de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos em Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura — DEF.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 21-74

DATA: 28 de junho de 1974

SÚMULA: Integra na Parte Permanente, os atuais Cargos da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Passam a integrar a Parte Permanente os atuais cargos da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia.

Art. 2.º — Os cargos de Assistente Técnico somente serão providos por funcionários públicos estáveis portadores de diploma de Bacharel em Direito.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

JUSTIFICAÇÃO:

O retorno dos cargos para a parte permanente visa impedir que sua extinção na hipótese de vaga represente para o funcionamento da Assembléia um desfalecimento irreparável como é o caso do assessoramento técnico-legislativo.

RESOLUÇÃO N.º 22-74

DATA: 28 de junho de 1974

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer e o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública para a coleta de dados estatísticos sobre casos de Neoplasmas Malignos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 23-74

DATA: 28 de junho de 1974

SÚMULA: Aprova os Termos do Convênio n.º 04-74 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio n.º 04-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28-06-74.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 115.ª Sessão Ordinária

Realizada em 5 de Agosto de 1974 - (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quêlese Cristóvão — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Fuad Nacli — Olavo Ferreira — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 132 e 139-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs.:

185-73 — Do Senhor Deputado Maurício Fruct, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder às indústrias que venham a se instalar no Paraná, os incentivos que especifica. — A C.C.J.

258-73 — Do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que visa autorizar o Poder Executivo a fazer seguro de todos os seus veículos, destinados ao transporte dos titulares ou funcionários dos respectivos órgãos que pertençam. — A C.C.J.

Sob o n.º 140-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei n.º:

150-73 — Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que dispõe sobre a forma pela qual possam ser autorizados descontos em folhas de vencimentos, remuneração e proventos dos integrantes do Magistério Público, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões "e com firma reconhecida", constantes do artigo 1.º. — A C.C.J.

OFÍCIO: 587-74, do Senhor Vereador Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação de proposição de autoria do Senhor Vereador João Batista Alberto Gnoato, consubstanciando um voto de solidariedade à douta Assembléia Legislativa pela outorga, através de iniciativa do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, do título de cidadã honorário do Paraná ao Doutor José Luiz Guerra Rego. — Ao conhecimento da Casa e do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior.

Do Senhor Dorival P. de Lázaro, Presidente da Câmara de Comércio Brasil - Venezuela, informando o lançamento oficial da Missão Comercial à

Venezuela, organizada por aquela Câmara de Comércio. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 382-74, do Senhor Celso Antônio Rossi, Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro comunicando haver assumido o cargo de Diretor daquela Faculdade. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 102-74.

— de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 102-74.

— de autoria do Senhor Deputado Paulo Polli, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto n.º 73-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Proponho à Mesa, ouvida a Casa, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem na cidade de Kaloré da ilustrada Senhora Ida Basílio personalidade de grande destaque e das mais queridas da sociedade local além de genitora do atual Prefeito Municipal, Senhor José Basílio.

Se aprovado este, requeiro, também, que do fato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer o registro na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ovando Kuzma, prestígio comerciante da cidade de União da Vitória, vítima de lamentável acidente ocorrido no último sábado, dia 3 de agosto corrente.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento da manifestação da Casa à ilustre família enlutada, residente naquela cidade, à Avenida Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) — Luiz Roberto Soares

Requerimento

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Reverendo Raul Rodrigues de Castro, ocorrido em nossa Capital no dia 02 de agosto corrente.

Como Vice-Presidente Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, Cruzada Nacional de Evangelização, exercia presentemente a sua Presidência e Superintendência Regional no Paraná.

Homem de Deus desprendido das coisas e interesses materiais, teve toda sua vida voltada ao bem espiritual do povo brasileiro.

Sua piedade, amor e zelo pelas almas o fizeram querido e estimado pelo povo, não só de sua Igreja, mas de todos quantos o conheceram e dele receberam orações e intercessões.

Diretor da Igreja do Ar e dos programas radiofônicos "Visita ao seu Lar, "Oração da Noite" e "Oração da Manhã", mantidos pela Igreja que dirigia, disseminou sempre o bem e a sã orientação às famílias.

Seu desaparecimento irreparável, causou profunda consternação em todos os meios religiosos do País, pois seu trabalho era conhecido em todos os recantos de nossa Pátria.

Pelos relevantes serviços que prestou ao povo, justo é que seu nome conste dos Anais Históricos do Paraná, como homenagem ao que em vida tanto fez.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Conselho Nacional de Diretores do qual era Presidente, à Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular, à Superintendência no Paraná e à família enlutada.

Sala das Sessões, 02 de agosto de 1974.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

Vítima de súbita moléstia, faleceu ontem na cidade de Cornélio Procopio, o senhor Dario Corrêa da Rocha Junior.

O extinto, que para consternação de toda sociedade procopense desapareceu prematuramente, era membro de várias sociedades de Cornélio Procopio.

Foi Vereador à Câmara Municipal, Presidente da Associação Comercial, Presidente do Rotary Club, e atualmente exercia a função de Diretor Presidente da Cooperativa de Laticínios Coroados, da qual foi seu sócio fundador e idealizador.

O seu sepultamento ocorreu no dia de ontem, onde toda a população compareceu pesarcas como homenagem de adeus ao seu dileto filho.

Assim, o Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, o registro de voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento.

REQUER ainda uma vez aprovado, seja enviado cópia do presente a excelentíssima senhora viúva, IZILDA DOS SANTOS ROCHA e a Diretoria da COOPERATIVA DE LATICÍNIOS COROADOS, ambos de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER:

A conclusão da 2.ª pista LONDRINA-ROLÂNDIA, principalmente no trecho de contorno de CAMBÉ.

JUSTIFICATIVA: Há vários anos iniciada essa segunda pista, ainda não foi concluída. Além dos transtornos que a paralisação dessa obra vem ocasionando à população Cambeense, uma vez que todo o tráfego passa pelo centro da cidade, fazendo com que suas ruas fiquem constantemente em precaríssimas condições, existe um outro grave prejuízo, pois, com a abertura da estrada foram cortados inúmeros pequenos lotes ou chácaras, que se acham impossibilitados de produzirem em virtude da falta de planejamento por parte

do DER, com respeito à referida construção. Assim sendo, aproveitamos a oportunidade para sugerir ao Governador do Estado do Paraná para que todas as obras, principalmente as construções que de um modo geral atingem somente pequenas chácaras, cuja principal produção é sempre para abastecer a própria cidade, sejam iniciadas depois que o DER tiver condições de realizá-las, uma vez que, além do grande mal estar que a paralisação de obras dessa natureza ocasiona à população, o Governo Estadual fica desprestigiado e ridicularizado com isso, o que é muito pior, visto que é realmente desalentador presenciar obras abandonadas, como é o caso do CONTORNO CAMBÉ, podendo ser ainda citado outro exemplo, que é o CONTORNO DA CIDADE DE MANDAGUAÇU, onde já se registraram inúmeras mortes, simplesmente pela não conclusão de uma obra iniciada.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER,

Seja indicado por essa Egrégia Casa para representá-la nos Encontros Regionais de Trabalhadores Rurais, que serão realizados de 05 a 14 de agosto fluente, neste Estado, sem quaisquer ônus para a Assembléia Legislativa.

JUSTIFICATIVA: Considerando assuntos de relevante interesse que serão tratados nesses Encontros, de importância capital não só para o movimento de trabalhadores rurais de nosso Estado, como principalmente para a Agricultura, os quais terão lugar nos Municípios de Francisco Beltrão, Cascavel, Cianorte, Maringá e Londrina.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, que se destine o Grande Expediente da Sessão do próximo dia 8 do corrente, para palestra a ser proferida pelo Doutor Eduardo da Rocha Virmond, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, em homenagem a passagem do próximo dia 11 de agosto, data que assinala a instituição de Cursos Jurídicos no País.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, seja encaminhado por essa Egrégia Casa, expediente a Sua Excelência o Ministro da Agricultura, Senhor Alisson Paulinelli, solicitando imediata liberação dos moinhos coloniais de nosso Estado, que se acham fechados por força de Decreto n.º 210.

JUSTIFICATIVA:

Há aproximadamente um ano os moinhos coloniais do Estado do Paraná estão impedidos de funcionarem, em virtude da Portaria da SUNAB, de n.º 20, de 5 de fevereiro de 1974, baseada no Decreto n.º 210, de fevereiro de 1967. Por outro lado, o Estado do Paraná ao contrário dos demais Estados, já em fins de agosto, na Região Norte, dará início à colheita do trigo e, para que os colonos não sofram prejuízo e desestímulo, torna-se necessário que os moinhos coloniais voltem imediatamente a funcionar, tanto na moagem do trigo, como na compra deste dos próprios colonos. Constitui, ainda, um contra-senso, o que vem ocorrendo atualmente, pois o Decreto n.º 210 que deveria vigorar em todo o território nacional, está sendo posto em execução somente no Estado do Paraná, assim como a Portaria n.º 20, da SUNAB, pois é de todos sabido que Estados vizinhos ao nosso, produtores de trigo, os moinhos coloniais se encontram no mais pleno funcionamento.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura, solicitando a Sua Excelência que se digno determinar reestudo na distribuição das verbas da loteria esportiva destinada aos Estados e que tem por objetivo proporcionar recursos para a construção de praças de esportes.

De acordo com o planejamento elaborado pelo anterior titular da Pasta, nada foi destinado ao Paraná no orçamento do corrente ano, constituindo-se o fato flagrante injustiça.

Nosso Estado, em termos de movimento de apostas, se situa entre os quatro maiores, e por outro lado, se classifica entre os primeiros como contingente populacional não se justificando, consequentemente, a marginal posição em que foi situado.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente.

O mercado de comercialização do soja, que permaneceu por longo período totalmente desinteressado, forçou grande parte dos produtores a venderem seus produtos a preços ínfimos.

Muitos não conseguiram nem ao menos cobrir as despesas de custeio, uma vez que em média o preço não foi além de cinquenta cruzeiros a saca de 60 quilos. Assim, o grande beneficiado foi o intermediário que se locupletou através do esforço e sacrifício do produtor. Por esta razão e ainda por:

a) — considerando que existe parte da safra de soja nas mãos de produtores filiados às cooperativas;

b) — considerando que no mercado interno, os compradores se negam a pagar um preço justo em relação a cotação do mercado internacional;

c) — considerando que o desinteresse se baseia no fato de já estarem de posse de grande estoque adquirido a baixo preço;

d) — considerando finalmente que as Cooperativas representam fielmente os produtores e que por esta razão devem merecer todo o apoio e incentivo oficial;

Requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Alysson Paulinelli, solicitando a concessão de medidas especiais e urgentes, para que a CACEX libere um limite maior de quota para a exportação de soja pelas Cooperativas Agrícolas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Rosário Pitelli

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 108-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(a) Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá é sociedade civil de caráter educativo e promocional.

De finalidade filantrópica, sem visar lucros, objetiva desenvolver programações que, aglutinando recursos materiais, humanos e institucionais possibilite u'a mais acentuada evolução sócio-econômica e cultural das famílias maringenses.

A entidade é, assim, merecedora da medida que estamos propondo à consideração dos nobres Pares.

Projeto de Lei n.º 109-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 17 da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, passa a ter a seguinte redação:

Art. 17 — As vantagens previstas nesta Lei, serão incorporadas aos proventos de inatividade, considerando para esse efeito que o funcionário ao se aposentar pertença ao quadro dos funcionários do D.R.I., ou desempenhe encargo de confiança da estrutura do Departamento de Rendas Internas.

Art. 2.º — Ficam revogados os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do artigo 17, da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Francisco Escorsini

JUSTIFICATIVA:

O ante-projeto de lei, que se convertido em norma escrita, ensejará sensíveis alterações na Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, e via de consequência, deferirá ao funcionário fisco-arrecadador, quando no outono de sua existência, uma perspectiva de uma velhice com remuneração mais digna.

O artigo 17 e §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 6.212, de 9-8-1971, aos quais se objetiva alterar, tem princípios demasiadamente rígidos, circunstância essa que milita desfavoravelmente a política de pessoal inaugurado no Departamento de Rendas Internas, uma vez que, o que se propugnou com o advento desse diploma legal, além de acompanhar o Distrito Federal e demais Estados da Federação, foi instalar nesse importante setor fazendário, uma filosofia de trabalho que veio para ficar, para caminhar para diante e, nesse diapasão não foram esquecidas as aposentadorias, que por operarem uma revitalização na dinâmica do setor fisco-arrecadador pois promovem a permuta de velhos servidores por jovens universitários e, com o projeto convertido em Lei, os velhos servidores terão condições de auferirem proventos razoáveis, que lhes proporcionará retirar o seu sustento de uma única fonte de renda e, com isso, ser-lhes-á assegurada uma existência tranquila e estável.

Como se infere do texto do ante-projeto, todo o funcionário fisco-arrecadador detentor de condição temporal para aposentar-se, não ficará afortunado na atividade e, com esse comprometimento, como é natural, as vagas vão se abrindo e, como decorrência natural, nasce o recrutamento de novos valores.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Com satisfação registro a presença em Plenário dos Srs. José Novais Porto e José Vianna, Prefeitos Municipais de Fênix e Quinta do Sol.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quase ao término do último período legislativo encaminhamos por intermédio desta Casa Requerimento dirigido ao Sr. Governador do Estado, fazendo um apelo para que sustasse concorrência pública aberta pelo DETRAN, através do FUNRESTRAN, para a aquisição de censores de tráfego, equipamento necessário à complementação do atual sistema de sinalização de tráfego de Curitiba.

Na oportunidade não discutimos da necessidade ou não da aquisição desses censores de tráfego, não discutimos também as características técnicas do mesmo equipamento. Apenas fizemos um apelo ao Governador do Estado para que sustasse até posterior exame a mencionada concorrência e denunciarmos, na oportunidade, irregularidades ocorridas por ocasião da abertura dos envelopes propostas, quando foram excluídos dois ou três licitantes e protelou-se o julgamento da concorrência sob o pretexto de que não estavam completas as documentações das firmas excluídas.

No entanto, em vez de pura e simplesmente transferir-se a concorrência, abriram-se as propostas das firmas remanescentes.

Naquela oportunidade encaminhamos, através do líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, um apelo ao Governador do Estado para que sustasse a concorrência. O Governador Emílio Gomes, demonstrando que este é um Governo honesto, que zela pela boa aplicação do dinheiro arrecadado do povo determinou que se sustasse a concorrência e designou uma Comissão para reestudar e verificar se realmente houve ou não irregularidade na apresentação das propostas.

Dou-me por satisfeito, acho que aqui em defesa do dinheiro do povo, aqui em defesa dos interesses da comunidade.

Recebi posteriormente do Dr. Marcos Prado, Diretor do DETRAN, uma série de informações com referência ao assunto, inclusive encaminhou S. Exa. ao Presidente desta Casa, João Mansur e ao digno Secretário do Interior e Justiça, Zacarias Scleme, procuração pessoal para que estas autoridades investigassem os bens constantes em seu nome e a origem dos mesmos.

Em nenhum momento levantei dúvidas quanto à honorabilidade do Sr. Marcos Prado. Em nenhum instante pus quaisquer restrições aos dignos membros da Comissão Julgadora da concorrência a que me referi.

Portanto acho que houve um agendamento por parte do Diretor do DETRAN no envio desta procuração ao Presidente da Casa e ao Secretário do Interior e Justiça.

Todos sabemos, o Paraná todo sabe que o Dr. Marcos Prado é um homem honesto, é um homem que tem trabalhado muito para resolver os intrincados problemas do trânsito não só da Capital, mas de todo o Paraná, e um estudioso do assunto, viajou pelo mundo inteiro, a convite de outros países, a expensas do próprio bolso, conforme informou a esta Casa. E sabemos que o Sr. Marcos Prado é um cidadão que se empregasse seus conhecimentos técnicos, se empregasse o que aprendeu nos bancos escolares, nos bancos universitários, numa empresa, numa atividade privada, particular, estaria rico, porque, realmente, é um moço inteligente e de excelentes qualidades morais. Ninguém, absolutamente, levantou qualquer restrição à sua integridade pessoal. Sabemos que ele é um apaixonado das coisas de trânsito e, com sacrifício pessoal, está à frente do DETRAN. Mas, como todo ser humano é passível de erros. E o Deputado, o Vereador, é o homem do povo e que representa o povo junto ao Poder Executivo, nós somos, portanto, porta-vozes do povo paranaense, e quando recebemos alguma reclamação, quando somos procurados por alguém que se julga prejudicado por ato unilateral do Poder, nós temos o dever inelutável de chegar a esta Tribuna e pedir ao Governo do Estado que esclareça as dúvidas que porventura pairam sobre a administração do Estado com referência aos dinheiros públicos.

E nós viemos a esta Casa fazer um apelo ao Sr. Governador para que sustasse o julgamento da concorrência a fim de que se reestudasse melhor as concorrências e se pudessem dizer, de livre e sã consciência, que a melhor proposta foi aprovada. E foi o que o Governador Emílio Gomes fez, com aplauso do povo paranaense, mandou sustar a concorrência e, hoje, está sendo examinada, por uma Comissão de alto nível, composta pelo Sr. Secretário de Segurança Pública, pelo Sr. Secretário do Interior e Justiça e pelo Sr. Secretário do Governo.

Portanto, me dou por satisfeito pelas informações que recebi do Sr. Marcos Prado que o DETRAN agiu corretamente, que o DETRAN procurou dar cumprimento à Lei quando pretendia adquirir esse custoso e sofisticado equipamento de controle da sinalização do trânsito de Curitiba. Mas, infelizmente, não sei porque razão, houve um pequeno erro, houve conhecimento prévio do preço de duas licitantes. Portanto, um vício irreparável que, a meu ver, anula a concorrência pública. Mas, me dou por satisfeito e quero declarar ao Sr. Líder do Governo, agradecer as providências tomadas pelo Sr. Governador e dizer que o povo do Paraná pode confiar plenamente no seu Governo. O Governo, de imediato, tomou as providências que julgava necessárias para corrigir os erros que porventura existissem naquela concorrência pública.

Mas, sem ser técnico, acho que o Sr. Marcos Prado está procurando comprar o melhor equipamento para melhor atender a sinalização do trânsito de Curitiba. Não está, como pensei anteriormente, tipificando um determinado tipo de equipamento, não está, pelas informações que recebi por escrito. Formulei uma hipótese errada quando pensei estar o DETRAN tipificando um equipamento na sua concorrência pública, mas não está pela documentação que recebi. Mas, continuo a insistir que houve um vício, um defeito, na abertura prévia, no conhecimento prévio do preço ofertado por duas licitantes naquela concorrência pública. E isso está sendo corrigido pela ação saneadora do Governo de Emílio Gomes.

Quanto às procurações, quero, mais uma vez, repetir, não há necessidade, absolutamente, do Sr. Marcos Prado mandar procuração ao Presidente desta Casa, ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, para que pesquem a origem de seus bens, para que corram os Cartórios de Curitiba, para que se faça um levantamento na Receita Federal, de seus rendimentos, de seus bens. Não levantamos, em nenhuma oportunidade, a menor restrição à honra pessoal do Diretor Marcos Prado, porque, se o fizéssemos, faríamos então, estribados em documentação. E, se amanhã, ou depois, não só quanto ao Sr. Marcos Prado, mas quanto a qualquer membro do Governo, tivermos uma prova de corrupção, não tenham dúvidas, viremos exibí-las ao público, e pedir ao Governador Emílio Gomes as mesmas providências saneadoras que tomou agora por ocasião do reexame da concorrência para aquisição dos censores de tráfego.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para terminar sua oração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Neste minuto concluirei.

Quero reafirmar ao Líder do Governo nesta Casa, meus agradecimentos e deixar bem claro que acho que o equipamento é necessário para a cidade de Curitiba. O Governo deve utilizar o equipamento, deve realizar a aquisição do equipamento pelo menor preço e melhor qualidade. É isso que o Governo está fazendo. Comprar pelo menor preço o equipamento da melhor qualidade. Agora, que há necessidade, há. Não quero, absolutamente, amanhã, ser acusado de ter contribuído para que a sinalização do trânsito de Curitiba ficasse incompleta, com uma medida que considero saneadora e levantada por mim nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando dois expedientes: o primeiro deles ao Sr. Ministro da Agricultura Dr. Allysson Paulinelli. Lamentavelmente, fomos obrigados a voltar ao assunto que tantos Deputados já levantaram desta Tribuna, inclusive na Câmara Federal e por duas ou três vezes as classes do Paraná reivindicaram junto ao Ministro da Agricultura a solução para o problema, que é o problema dos moinhos coloniais que até hoje se encontram fechados no Paraná.

Estamos vendo agora o que aconteceu há questão de 20 dias, com o que se pode chamar a "vergonha do soja" quando se esperou que os pequenos lavradores vendessem o soja, para que se desse oportunidade a esse mesmo soja que o seu preço subisse assustadoramente. Depois que o soja passou para as mãos dos intermediários, é que houve a sua valorização.

Com respeito ao trigo, o Estado do Paraná é talvez o único entre os Estados produtores, que neste mês de agosto, principalmente no Norte do Paraná, inicia a colheita do trigo. E estamos vendo aí a ação capciosa da SUNAB, apoiada no Decreto 210 quando proíbe os moinhos do Paraná, de moerem. Sabemos que os moinhos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina continuam moendo normalmente. Mas só no Paraná é que eles estão fechados, não sei porque.

Nestas condições, estamos encaminhando um apelo ao Sr. Ministro da Agricultura para que libere os moinhos coloniais, não só para moerem o trigo dos pequenos lavradores, mas também que eles possam comprar trigo, porque se isso não ocorrer, nós teremos um desestímulo muito grande e quem sabe esses pequenos lavradores, a exemplo do que ocorreu com o soja, terão que vender seu produto a qualquer preço, para que outros venham a ganhar nas costas dos que trabalharam para plantar e colher.

Outro Requerimento nosso é endereço ao Sr. Governador do Estado, no

qual estamos solicitando ou fazendo eco com aqueles que já solicitaram, o término do contorno de Cambé. Há muitos anos a rodovia que liga a segunda pista, Londrina-Rolândia, se encontra paralisada em suas obras. Esse contorno além dos prejuízos que causou aos pequenos lavradores existentes, proprietários de chácaras, com o corte da estrada os quais não puderam plantar, veio ainda agravar a situação porque a estrada não foi construída. Pedimos ao Sr. Governador que termine a obra porque é muito vergonhoso começar uma obra e não terminá-la.

Uma pouca vergonha, também, é o contorno existente em Mandaguaçu. Quando se passa pelo centro da cidade existe um enorme buraco que deve ser tapado ou, então, colocado um pontilhão mas, até hoje, nada foi feito. Conheci três pessoas que morreram naquele local, de desastre, porque não existe sequer uma sinalização.

O apelo que fazemos ao Governo do Estado é no sentido de dar andamento a essas obras para que o próprio Governo não seja ridicularizado por todos aqueles que passaram por essas obras.

Outra sugestão que fazemos ao Sr. Governador é que quando abrir uma estrada a termine; não faça como fez em Cambé que começou e não terminou a construção da estrada prejudicando os lavradores que não podem plantar e, em razão disto, não podem colher trazendo prejuízos à população da cidade porque as chácaras ficam nas suas imediações e o que ali é plantado é também consumido pela população da cidade.

Vamos esperar mais uma vez que sejam tomadas soluções em benefício do povo do Paraná com respeito ao problema não só do trigo como de nossas estradas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Rocha.

O SR. IVO ROCHA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): — "Como é do conhecimento desta Casa, o Governo do Paraná, com o seu elevado propósito de solucionar todo e qualquer problema das gentes que trabalham e impulsionam o progresso em nossa terra, através dos seus órgãos auxiliares, tomou por sistema fixar metas, disciplinar métodos e implantar a justiça. E esses órgãos, já com esta concepção formada, vêm tomando decisões, desenvolvendo medidas, esclarecendo situações, realizando estudos e análises de processos e, em decorrência, tomando decisões para os fins de reconhecer o direito de qualquer um.

Enfocamos, nesta oportunidade, um singular problema que não é de grandes proporções, mas de significativa justiça, que se encontre a solução humana e ecletica, que de tanto é procurada.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados,

1.º — CONSIDERANDO as graves consequências sociais geradas com os conflitos de terras;

2.º — CONSIDERANDO que, além de tais conflitos, os ocupantes de terras devolutas homens geralmente simples e humildes, usam suas terras com o fim de gerar recursos ao sustento de suas famílias e, assim fazendo, criar riquezas ao Estado;

3.º — CONSIDERANDO que a situação de tais colonos se apresenta realmente penosa, pois não possuindo os seus títulos de domínio pleno das terras que ocupam, não podem, é óbvio, conseguir créditos bancários de qualquer carteira agrícola, o que lhes impossibilita a expansão de suas atividades agropastoris, com graves e consequentes prejuízos a si e ao Estado;

4.º — CONSIDERANDO, serem, felizmente, em nosso Estado já relativamente poucas as áreas com litígios pendentes de solução;

5.º — CONSIDERANDO que, entre estas, estão as 3 partes da conhecida Gleba 7, da Colônia Adelaide, na Comarca de Laranjeiras do Sul, sobre a qual existe ação judicial entre ESTADO e FUNAI, aquele, o Estado, com o elevado propósito de solucionar a aflitiva situação dos colonos, sem ferir os direitos magistralmente assegurados por Lei aos selvícolas do Povo Indígena Rio das Cobras, e esta, a FUNAI principalmente estribada neste louvável propósito;

6.º — CONSIDERANDO a palavra final da Consultoria Geral do Estado, constante do Processo protocolado sob n.º 1.168-69, consubstanciada no súbrio e sensato Parecer de n.º 244-70,

REQUER,

após ouvido o Plenário desta Augusta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Coronel Edmundo Capella digníssimo Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado, em quem depositamos todo respeito e esperanças, para que, baseado no Parecer supracitado, envide esforços no sentido de ultimar, com brevidade, o impasse judicial gerado já nos idos de 1960 sobre aquela Gleba, possibilitando, com isso, a titulação daquelas terras e restituindo às famílias lá residentes, a tranquilidade e a alegria necessárias ao desenvolvimento de seu fecundo labor.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Ivo Rocha.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Líder do Governo nesta Casa, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Sempre que esta Casa levanta dúvidas quanto à honrabilidade de qualquer órgão da administração direta ou indireta do Governo do Estado, tem sido preocupação primeira da Liderança do Governo nesta Casa, informar Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e, na medida em que as informações são levantadas, as medidas governamentais têm sido imediatamente adotadas, no sentido de que se evite quaisquer dúvidas no tocante à honestidade dos negócios públicos.

Numa das últimas sessões deste Legislativo, no mês de junho, o Sr. Deputado Erondy Silveiro, da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, falando desta Tribuna disse temer da validade de uma concorrência pública, aberta pelo Departamento Estadual de Trânsito que pretendia adquirir um Sistema Integrado de Controle de Tráfego Urbano, para esta Capital.

As medidas adotadas pela Liderança, junto ao Senhor Governador do Estado — e o foram urgentes — determinaram as seguintes providências:

O Sr. General Mário Carneiro Portes, Secretário de Estado, em correspondência do dia 1.º do corrente mês, dirigiu a esta Liderança o Expediente protocolado sob n.º 187-74, daquele Gabinete, com as seguintes informações:

(Lê): "Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., por fotocópia, os documentos que originaram a revogação da licitação objeto do Edital 13-74, da FUNRESTRAN, que tratava da aquisição de um Sistema Integrado de Controle de Tráfego, para esta Capital.

Como V. Exa. pode observar, a Presidência da FUNRESTRAN fundamentou o ato revogatório em razão de fatos incidentes à norma organizadora das licitações, referendada pelo Decreto-Lei n.º 13-74, de 25 de junho de 1974.

Em contraposição, a imperiosa perspectiva de gastos e considerados imprevistos no caso de licitação revogados os interesses da administração.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. as minhas respeitadas saudações.

(Ass.) Mário Carneiro Portes.

Acompanhando este expediente, consta um Ofício do Sr. Secretário de Estado dos Negócios daquela Segurança Pública, dirigido ao Sr. Abrão Fuks, que é o muito digno Presidente da Comissão de Concorrência aberta através do Edital 13-74. Nesta concorrência, ele, o General Mário Carneiro Portes, afirmava que atendendo aos termos do Ofício 1-74 daquela data, encaminhava S. Exa. por cópia, o inteiro teor do despacho, que proferiu naquele expediente e reitera a solicitação para o seu cabal cumprimento.

A fundamentação do General Mário Carneiro Portes que vou ler daqui a instantes, teve por originário, o Ofício 1-74, assinado pelo Dr. Abrão Fuks, nos seguintes termos: (Lê)

"Sr. Presidente.

(E dirigido ao Dr. Mário Portes).

A Comissão designada por V. S. para julgamento da concorrência pública, objeto do Edital 13-74 do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN — para aquisição e instalação de um "Sistema Integrado de Controle do Tráfego Urbano", para a cidade de Curitiba, com a devida vênha vem expor e finalmente solicitar o que se segue:

1 — O objeto da concorrência pública em apreço, envolve equipamentos sofisticados no campo da eletromecânica, eletrônica e de computação, matéria altamente especializada e que no entender da Comissão, não pode prescindir para o seu exame detalhado de um assessoramento prévio, a ser prestado por especialistas em eletrônica de circuitos impressos, analistas de computação e familiarizados com a Engenharia de Tráfego, inteiramente desvinculado das firmas que participam da concorrência em foco.

2 — No sentido de serem atendidas as necessidades acima relacionadas, solicita a Comissão a V. Senhoria, se digne determinar as providências cabíveis visando colocar à disposição assessoria necessária, ou autorizar a Comissão a contratar os serviços de firma, ou firmas especializadas para cumprir, integralmente seus encargos.

3 — A Comissão esclarece a V. Senhoria que desconhece a existência de firma especializada no Estado, bem como não pode precisar o montante a ser despendido no assessoramento pedido.

Ao ensejo, reitero a V. Senhoria os protestos de alto apreço

(Ass.) Abrão Fuks — Presidente".

Com referência a este protocolar de n.º 0101 87, do General Mário Carneiro Portes, Presidente do FUNRESTRAN, porque a Presidência do FUNRESTRAN, sempre exerceu a Segurança Pública, exarou o seguinte despacho:

(Lê): "O Sr. Presidente da Comissão constituída para julgamento da Concorrência Pública destinada à aquisição de um "SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE TRAFEGO URBANO", objeto do Edital n.º 13-74, do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO — FUNRESTRAN —, encaminhou Ofício a esta Presidência, solicitando providências para que aquela Comissão possa contar com o assessoramento técnico especializado, considerado indispensável ao cumprimento das suas obrigações.

Alega, entre outras, "que não pode prescindir para o exame detalhado de um assessoramento técnico a ser prestado por especialistas em eletrônica de circuitos impressos analistas de computação e familiarizados com a engenharia de tráfego" e solicita, ainda entre outras, "as providências cabíveis visando colocar à disposição a assessoria necessária ou autorizar a Comissão a contratar os serviços de firmas especializadas".

E esclarece, por outro lado, que, entre outras, "desconhece a existência de firma especializada no Estado", e "que não pode precisar o montante a ser despendido".

Verifica-se, desde logo, que os serviços preliminares pedidos pela Comissão virão encarecer sobremaneira a estimativa inicial, com encargos não previstos quando foi concedida a autorização para a abertura da licitação.

A falta de um projeto detalhado e específico, embora obrigatória a sua apresentação pelas firmas licitantes, torna impraticável a previsão do custo do assessoramento pedido.

Considerando que pelos elevados custos da implantação do Sistema haverá comprometimento de recursos da cota do DETRAN, no FUNRESTRAN, nos exercícios futuros, com sérias restrições ao plano de interiorização do órgão, pretendido por este Pasta;

CONSIDERANDO também a falta de autorização legislativa para que sejam comprometidos recursos financeiros do Fundo, em 1975 e 1976;

CONSIDERANDO, também, a falta de autorização legislativa, para que sejam comprometidos recursos financeiros do fundo em 1975 e 1976;

CONSIDERANDO, ainda, que o artigo 142 do Decreto-Lei n.º 200, de 25-2-77, orienta as licitações de âmbito internacional;

CONSIDERANDO a atual política adotada pelo Governo Federal, no que se refere à poupança de divisas, e o advento do Decreto-Lei n.º 1.334, de 25-6-74, posterior a abertura da licitação;

CONSIDERANDO que a concorrência encontra-se em sua fase preliminar;

CONSIDERANDO, ainda, a oportunidade e a conveniência da administração.

RESOLVO:

a) revogar a licitação de que trata o Edital n.º 13-74, do FUNRESTRAN e, em consequência, tornar insubsistente a autorização concedida por esta autoridade, para a sua abertura;

b) determinar que a Comissão promova o encerramento dos seus trabalhos, após a restituição dos envelopes, ainda lacrados, de nrs. 2 e 3, aos representantes credenciados das firmas participantes, cumpridas as formalidades legais; e

c) recomendar a Comissão que ultimadas as diligências sejam os autos encaminhados, por intermédio da Secretaria Executiva do FUNRESTRAN, ao seu Conselho Diretor, para fins de arquivamento.

Dê-se ciência.

Curitiba, 31 de julho de 1974.

(a) Mário Carneiro Portes
Presidente do FUNRESTRAN
Secretário de Segurança Pública".

O SR. IVO THOMAZONI — Quer a Liderança do Governo, ao dar ciência dos termos contidos no documento que acaba de ler para conhecimento dos eminentes Srs. Deputados, comprovar mais uma vez a maneira de agir do Governo do Estado, dirigido tão bem por S. Exa. o Dr. Emílio Gomes.

Observe-se que o problema foi levantado desta Tribuna pelo eminente Deputado Erondy Silvério, sempre preocupado com o bom andamento da coisa pública, notadamente no que diz respeito à humanização da Capital do Estado. O Sr. Deputado Erondy Silvério, muito embora não tenha em instante algum, em seus reiterados pronunciamentos feitos desta Tribuna, duvidado do comportamento do Sr. Diretor do DETRAN, quanto à sua honorabilidade e honestidade, levantou com oportunidade o problema, pois ele envolvia gastos que poderiam amanhã ser passíveis de nulidade, se cometidos, pois não havia, como ainda não há, autorização legislativa para que o FUNRESTRAN compromettesse importância daquele Órgão para os exercícios de 1975 e 1976.

No que consta do próprio regulamento do FUNRESTRAN, toda e qualquer importância despendida num exercício terá, por certo, que constar do balanço analítico daquele organismo. E o Secretário de Segurança Pública que preside no momento o FUNRESTRAN, observando a inexistência desta autorização legislativa, resolveu revogar aquela licitação, muito embora num ato subsequente o Sr. Governador do Estado solicitasse que uma Comissão de alto nível, integrada por três ilustres Secretários de Estado estudasse uma maneira que pudessem permitir uma licitação dentro dos termos das leis de licitação e do Decreto-Lei n.º 200 para que se fizesse com toda a segurança, impedindo qualquer ato revogatório, o exame da questão para futuras providências.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. abordou um aspecto legal, principalmente o aspecto em que teria se baseado o Secretário de Segurança Pública para tornar as providências que tomou com relação aquela concorrência. Na oportunidade em que me dirigí a V. Exa. como líder do Governo, fazendo-o portador de apelo ao Governador Emílio Gomes para que reexaminasse a concorrência, não me ative ao aspecto legal porque sei da necessidade, sei o que representa a aquisição deste equipamento para a melhoria do trânsito na Capital paranaense. Não quis que um simples impedimento legal denunciado por mim da Tribuna pudesse protelar ou adiar a aquisição de tão valioso equipamento. Mas governar é uma coisa fácil quando se escolhe para o Governo do Estado um homem como Emílio Gomes. Então, o ex-Presidente Emílio Médici que tinha uma dívida para com o Paraná foi iluminado por Deus e escolheu Emílio Gomes para governar nosso Estado, e S. Exa. o está fazendo com facilidade, com bom senso. E foi o bom senso do Sr. Governador que o fez recomendar ao Sr. Secretário de Segurança Pública que não permitisse, de maneira nenhuma, que aquela concorrência fosse levada a efeito, porque ela tinha vício. E o Sr. Governador, com seu bom senso, mandou constituir uma Comissão de alto nível para reestudar a concorrência. Sabemos que o equipamento é necessário, há urgência na aquisição desse equipamento, porque a onda de desastres que se verifica em Curitiba é cada vez maior e tem trazido dor a muitos lares curitibanos. Então, as autoridades tem que tomar as providências que consideram urgentes, principalmente agora que, dentro de poucos dias, entrará em circulação o novo tipo de transporte de massa e necessita-se, urgentemente, desse equipamento. Mas da necessidade ao acodamento há uma diferença muito grande.

Por tanto, quero congratular-me com o povo do Paraná que tem para governá-lo um homem de bom senso e tem, na pessoa de V. Exa., um Líder que sabe transmitir a esta Casa tudo aquilo que o Sr. Governador do Estado pensa de bom em favor do povo paranaense.

Meus parabéns ao Governo e meus votos que compre, com a menor brevidade possível, esse equipamento, mas que seja uma aquisição que não paire dúvida nenhuma contra os homens do Governo, contra os homens da ARENA, porque a Revolução quer dirigentes honestos, capazes como Emílio Gomes que tem correspondido os anseios não só da gente paranaense, mas também à confiança do comando revolucionário, do Partido do Governo, da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa. a intervenção neste meu pronunciamento. E para tranquilizá-lo quanto a possibilidade de que certas providências sejam adotadas no sentido de dotar Curitiba de seu sistema integrado de controle de tráfego urbano, devo dizer que a Comissão de alto nível, presidida pelo Sr. Secretário do Interior e Justiça, já se reuniu nos últimos dias da semana que passou e já estão tomando providências necessárias para que sejam observadas todas as exigências de ordem legal para que nenhuma empresa comercial e industrial se considere prejudicada no direito que tem de intervir como licitante no processo de cliente do Estado, em igualdade de condições, porque haverá lisura de igualdade e de oportunidades, e é isso que o Governo do Estado pretende, sem que se pretenda, em momento algum, duvidar da lisura que este problema foi tratado até aqui. Entretanto, tão somente no sentido de que sejam observadas disposições de ordem legal, para que no futuro não se levantem dúvidas, quanto à isenção de ânimo dos integrantes dessa Comissão, é que se está procedendo de maneira a atender os apelos de um ilustre Deputado da Assembléia Legislativa. E além disso para que a opinião pública, acompanhando a ação do Governador Emílio Gomes, tenha a tranquilidade de ver que o patrimônio do Estado do Paraná está entregues nas mãos honradas, dignas, de um Governador que deseja para o bem do seu povo, fazer com que suas medidas tenham todas elas o sentido da mais alta responsabilidade administrativa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Rolândia, as datas de terra de números 4 a 19 da quadra n.º 40, da Planta Geral da referida Cidade, de proprie-

dade do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30-74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Rolândia a data de terra n.º 16, da quadra 69, da Planta da referida Cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49-74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Irmandade do Hospital de Caridade, da Cidade de Irati". Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73-74, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Confederação Umbandista do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Reverendo Raul Rodrigues de Castro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura visando a concessão de medidas especiais e urgentes, para que a Cacex libere um limite maior de quota para a exportação do soja pelas Cooperativas Agrícolas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ida Basdão, ocorrido na cidade de Kaloré. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ovando Kuzma, ocorrido em União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 73-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 102-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dario Corrêa Jr., ocorrido em Cornélio Procopio. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 102-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja concluída a 2.a pista de Londrina-Rolândia, principalmente no trecho de contorno de Cambé. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja indicado por esta Casa para representá-la nos Encontros Regionais de Trabalhadores Rurais, que serão realizados de 5 a 14 de agosto do corrente, sem quaisquer ônus para a Assembléia Legislativa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que seja liberado os moinhos coloniais de nosso Estado, que se acham fechados por força do Decreto n.º 210. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que se digno determinar reestudo na distribuição das verbas da Loteria Esportiva destinada aos Estados e que tem por objetivo proporcionar recursos para a construção de praças de esportes. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando que o Grande Expediente da Sessão do próximo dia 8 do corrente, seja destinado para palestra a ser proferida pelo Dr. Eduardo da Rocha Virmond, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado, para que, envie esforços no sentido de ultimar, com brevidade, o impasse judicial gerado, sobre a Gleba 7, da Colônia Adelaide, na Comarca de Laranjeiras do Sul, possibilitando a titulação daquelas terras. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166-69.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 15-68 e de Lei n.ºs. 564-62, 631-65, 632-65, 233-68, 321-68, 423-68, 156-69 e 11-70.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45-67.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 414-68, 415-68, 444-68, 90-70, 150-70, 64-71 e 103-74.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 465-68.

Levanta-se a Sessão.